



DELIBERAÇÃO CONSEP Nº 118/2023

Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar nos cursos de graduação, para o segundo semestre letivo de 2023 (2023/2).

O **CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA**, na conformidade do Processo nº PRG-567/2022, aprovou e eu promulgo a seguinte Deliberação:

Art. 1º A verificação do rendimento escolar no segundo semestre do ano letivo de 2023 deverá ser realizada por disciplina, somente e exclusivamente para os alunos regularmente matriculados, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e aproveitamento, exigindo-se a frequência mínima obrigatória de 75% (setenta e cinco por cento), sendo vedado o abono de falta, com exceção dos casos previstos em legislação superior ou em deliberações específicas.

Art. 2º O processo de verificação do aprendizado do aluno deverá contemplar, em cada período letivo, no mínimo três instrumentos de avaliação, sendo um deles, obrigatoriamente, um instrumento principal, preferencialmente individual, conforme cronograma elaborado pela Diretoria da Unidade de Ensino, respeitando-se o calendário acadêmico vigente e, no mínimo, mais dois instrumentos parciais, definidos pelo professor em conformidade com os objetivos e conteúdos da disciplina, e, ao final do processo, se for o caso, uma avaliação suplementar por disciplina.

Parágrafo único. A verificação do aprendizado em atividades relativas a Estágios Básicos, Estágios Profissionalizantes, Trabalhos de Graduação (TGs) e similares, Atividades Complementares e Atividades acadêmico-científico-culturais (AACCs), Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPAs), Atividades de Extensão (ACEs) e, ainda, Projetos, Oficinas, Escritório de Assistência Jurídica (EAJ), Laboratório Jurídico, Práticas Clínicas e Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), deverá seguir regulamento próprio, proposto pela Unidade de Ensino e homologado pela Pró-reitoria de Graduação, com emissão de Portaria que, se necessário, ouvirá o Conselho de Ensino e Pesquisa.



Art. 3º Os critérios e os instrumentos de avaliação exigidos ao longo do semestre letivo deverão obrigatoriamente constar do Plano de Ensino de cada disciplina, a saber:

I - instrumento principal, valendo 6,0 (seis) pontos, e o conjunto dos instrumentos parciais, valendo 4,0 (quatro) pontos;

II - o instrumento principal de avaliação deverá contemplar prova oficial que deverá ser realizada individualmente e/ou relatório de projeto ou de produto desenvolvido ao longo do semestre, que poderá ser desenvolvido e apresentado em grupo;

III - o conjunto dos instrumentos parciais de avaliação deverá contemplar atividades que estimulem a criatividade, o senso de responsabilidade e o espírito de cooperação entre os alunos, podendo ser constituído por exercícios e seminários em sala de aula, relatórios de atividades práticas, de biblioteca, de laboratório ou de campo, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino ou outras estratégias definidas pelo professor, bem como exercícios interdisciplinares definidos pela Direção da Unidade de Ensino;

IV - os instrumentos de avaliação propostos pelo professor, com seus respectivos critérios de pontuação, deverão constar do Plano de Ensino de cada disciplina e, após análise pelo coordenador do curso ou pelo diretor da unidade de ensino;

V - os Planos de Ensino deverão ser apresentados aos alunos, no início do semestre letivo, pelos professores responsáveis e reapresentados pelo menos mais uma vez ao longo do semestre letivo, para avaliação do cumprimento de metas e objetivos.

§ 1º Nos casos em que o instrumento principal for prova oficial, a prova poderá ser teórica, teórica-prática ou prática, de acordo com a característica de cada disciplina.

§ 2º O aluno que deixar de realizar o instrumento principal de avaliação poderá requerer à diretoria da unidade de ensino a realização de avaliação alternativa, por disciplina e por semestre, mediante requerimento próprio, na secretaria virtual e recolhimento da respectiva taxa regulamentada em Deliberação Consad de Taxas e Emolumentos.

§ 3º O aluno que deixar de realizar o instrumento principal de avaliação, por motivo de doença, comprovada por requerimento de tratamento excepcional devidamente deferido,



poderá requerer à diretoria da unidade de ensino a realização de avaliação alternativa, mediante requerimento próprio na secretaria virtual, sem ônus, a ser realizada no período de avaliações alternativas, determinado no calendário acadêmico.

§ 4º Se o tratamento excepcional deferido para o aluno, for renovado para o período das avaliações alternativas, o professor deverá aplicar a avaliação alternativa, fora do período previsto no calendário acadêmico, todavia, antes do início do período letivo subsequente, mediante agenda feita na secretaria do curso, com anuência do diretor da unidade de ensino.

§ 5º O aluno que deixar de realizar o instrumento parcial de avaliação, por motivo doença, comprovada por requerimento de tratamento excepcional devidamente deferido, poderá requerer à diretoria da unidade de ensino a realização de avaliação alternativa, mediante requerimento próprio na secretaria virtual, sem ônus, devendo o professor permitir que aluno realize a avaliação parcial assim que encerrar o período de tratamento excepcional.

§ 6º O requerimento a que se refere o § 2º deste artigo deverá ser feito pelos alunos, com a respectiva taxa devidamente paga, conforme deliberação Consad, no Portal do Aluno, Sistema MentorWeb, na Secretaria Virtual, impreterivelmente, até o dia seguinte à realização da última avaliação oficial, de acordo com o calendário acadêmico vigente.

§ 7º Os requerimentos a que se referem os §§ 3º e 5º deste artigo deverão ser feitos, sem recolhimento de taxa, via Portal do Aluno, Sistema MentorWeb, na Secretaria Virtual, no dia seguinte ao término do período de tratamento excepcional.

§ 8º Não serão considerados os pedidos que não atenderem às prescrições dos parágrafos 6º e 7º.

§ 9º Nas avaliações alternativas poderão ser considerados todo os conteúdos cumulativamente ministrados até a data de sua realização, podendo ser realizadas mais de uma por dia, em horário não coincidente, e serão observadas as mesmas normas que regulam as provas oficiais realizadas semestralmente.

§ 10. As datas e horários para realização do instrumento principal de avaliação e avaliações alternativas deverão ser divulgados com antecedência mínima de 08 (oito) dias, e qualquer alteração, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.



§ 11. Caberá exclusivamente à diretoria da unidade de ensino, de acordo com os professores das disciplinas, a marcação de provas do instrumento principal de avaliação e de avaliações alternativas, de maneira a propiciar o integral cumprimento dos planos de ensino.

§ 12. As datas e prazos relativos às provas poderão ser alterados somente com autorização expressa do diretor da unidade de ensino, após apreciação de solicitação fundamentada do professor responsável pela disciplina, ouvidos os alunos.

§ 13. As datas para realização, apresentação e entrega dos instrumentos parciais de avaliação serão definidas pelo professor no cronograma de aulas, a ser publicado no início do semestre letivo, devendo-se respeitar o prazo máximo para lançamento das notas no sistema, conforme deliberação do calendário escolar.

Art. 4º Para os alunos comprovadamente portadores de necessidades especiais, as provas deverão ser adaptadas conforme suas necessidades, observando-se as recomendações da Pró-reitoria Estudantil.

Art. 5º O Calendário Acadêmico definirá os períodos para realização das diferentes fases do processo de avaliação do aprendizado.

Art. 6º Durante o período de realização das atividades referentes ao instrumento principal de avaliação, mesmo que concluídos os conteúdos programáticos das disciplinas, as atividades escolares deverão transcorrer normalmente, sem interrupções, e os professores deverão ficar à disposição da unidade de ensino, podendo restringir suas atividades à correção das provas e à devolutiva aos alunos dos resultados do processo de avaliação.

Parágrafo único. Não devem ser lançadas faltas para os alunos que deixarem de comparecer nos dias das avaliações oficiais ou alternativas.

Art. 7º As notas do instrumento principal de avaliação serão graduadas de 0,0 (zero) a 6,0 (seis), considerando-se a primeira casa decimal, sem arredondamento. A essa nota serão acrescidos pontos, até 4,0 (quatro), obtidos pelo aluno em pelo menos dois instrumentos parciais de avaliação, compondo-se, assim, a nota semestral, que poderá variar de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos.



Parágrafo único. O professor deverá inserir as notas de cada fase do processo de avaliação no sistema informatizado institucional, respeitando os prazos estabelecidos no calendário acadêmico. No caso do instrumento principal de avaliação, da avaliação alternativa, e da avaliação suplementar, entregar, na secretaria da unidade de ensino, os documentos comprobatórios dessas avaliações, com a respectiva ata, até uma semana após a aplicação da avaliação, após a respectiva devolutiva aos alunos.

Art. 8º Caberá ao professor zelar pela ordem durante as avaliações.

§ 1º Iniciadas as avaliações, sejam instrumentos parciais ou principais, alternativas ou suplementares, nenhum aluno poderá:

I - se ausentar da sala de provas sem a permissão do professor e sem assinar a lista de presença.

II - utilizar de recursos ilícitos ou materiais não autorizados.

§ 2º Apesar das providências, caso ocorram as situações descritas nos Incisos I e II do § 1º, deste artigo, o professor deverá:

I - registrar o fato na ata da avaliação, atribuindo presença ao aluno e, obrigatoriamente, nota 0,0 (zero), não havendo possibilidade de realização de prova alternativa.

II - comunicar o fato ocorrido ao diretor da unidade de ensino para que seja autuado processo disciplinar em face do aluno que acarretará, inclusive, a perda de benefícios dos quais usufrua. E após o processo autuado será encaminhado à Pró-reitoria Estudantil, para que sejam tomadas as devidas providências, conforme Regimento Geral.

§ 3º Não será permitida a aplicação de qualquer avaliação por pessoal estranho ao corpo docente da Universidade de Taubaté.

Art. 9º O aluno terá direito à devolutiva dos resultados de cada fase de avaliação do aprendizado.

§ 1º Caberá ao professor apresentar e discutir com os alunos o resultado das avaliações, em dia e horário previamente estabelecidos e divulgados, dentro do prazo estipulado no calendário escolar.

§ 2º Caso ocorra erro de digitação de nota, o professor deverá providenciar a imediata retificação, sem ônus para o aluno.

§ 3º Em se tratando de erro na soma das notas parceladas atribuídas às questões, ou na falta de correção de alguma questão da prova escrita, o próprio professor fará imediatamente a correção, rubricando a própria prova, sem ônus para o aluno.

§ 4º A correção de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetuada antes do fechamento do sistema, conforme data estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10. O aluno que desejar revisão do resultado de avaliações, exceto dos instrumentos parciais, deverá:

I – requerer revisão de prova, pelo Portal do Aluno, Sistema MentorWeb, na Secretaria Virtual, no prazo de três dias úteis após a devolutiva pelo professor;

II - justificar o pedido, para que o professor possa fundamentar seu parecer;

§ 1º Agendada a revisão, o professor deverá manifestar-se por escrito, justificando a sua decisão no prazo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento da notificação protocolada, que pode ser por e-mail.

§ 2º Da decisão do professor caberá recurso pelo aluno ao diretor da unidade de ensino, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da ciência do interessado, que deverá:

I – requerer banca de prova, pelo Portal do Aluno, Sistema MentorWeb, na Secretaria Virtual, no prazo de três dias úteis após ciência da devolutiva da revisão;

II - justificar o pedido, para que o professor possa fundamentar seu parecer;



§ 3º O reexame em grau de recurso será realizado por banca constituída por 03 (três) professores da área, especialmente designada pela diretoria da unidade de ensino, e dessa banca fará parte, obrigatoriamente, o professor da disciplina, para se reunir, com previsão de data e hora, sendo permitida a presença do aluno, se ele assim o desejar, podendo ser de forma remota.

§ 4º Os demais professores da banca deverão possuir conhecimento específico da disciplina em questão.

§ 5º As provas serão destruídas 06 (seis) meses após decorrido o prazo administrativo para recurso do aluno, mantendo-se no arquivo, a ata de prova e listas de presença em prova.

Art. 11. Nos termos das disposições regimentais, considera-se aprovado o aluno que, em cada disciplina, obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina e “aproveitamento” mínimo de 6,0 (seis) pontos.

Parágrafo único. O lançamento de faltas e aferição da frequência do aluno será feita diariamente, pelo professor da disciplina, por meio do sistema informatizado institucional, que apontará os alunos que atingiram 25% (vinte e cinco por cento) de ausência às aulas.

Art. 12. O aluno que obtiver aproveitamento inferior a 6,0 (seis) pontos e igual ou superior a 4,0 (quatro) pontos, e tiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), terá direito à avaliação suplementar.

§ 1º A avaliação suplementar será constituída de uma prova graduada de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos.

§ 2º Será considerado aprovado o aluno que obtiver média final mínima de 5,0 (cinco) pontos.

§ 3º A média final será o resultado da média aritmética entre a nota do aproveitamento e a nota da avaliação suplementar.

§ 4º Não haverá prova alternativa da avaliação suplementar.



Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Decreto Federal nº 78.924/76
Recredenciada pelo CEE/SP
CNPJ 45.176.153/0001-22

Reitoria
Secretaria dos Órgãos Colegiados Centrais
Rua Quatro de Março, 432 – Centro - Taubaté/SP - 12020-270
Tel.:(12) 3622-2033/ 3625-4147
E-mail:sec.conselhos@unitau.br

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos, pela Pró-reitoria de Graduação ou pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, conforme o caso.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 15. A presente Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DOS CONSELHOS CENTRAIS da Universidade de Taubaté, em sessão plenária ordinária de 27 de junho de 2023.

Profa. Dra. NARA LUCIA PERONDI FORTES

Presidente

Publicada pela SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS CENTRAIS da Universidade de Taubaté, aos 30 de junho de 2023.

Ana Claudia de Moura
Secretária dos Órgãos Colegiados Centrais